

Clipping n° 748

, 24 Fevereiro 2011 - 12:09:12

Governo federal tem arrecadação recorde para janeiro

BRASÍLIA (Reuters) - O governo federal arrecadou 91,071 bilhões de reais em impostos e contribuições em janeiro, valor recorde para o mês e uma alta real de 15,34 por cento frente ao recolhimento no mesmo mês de 2010, informou a Receita Federal do Brasil nesta quarta-feira.

Segundo o Fisco, contribuíram para o crescimento da arrecadação no período a expansão da produção industrial, da venda de bens e da massa salarial. A Receita também destacou o encerramento das desonerações de IPI incidentes sobre automóveis a partir de abril de 2010.

'A arrecadação reflete dezembro, quando você tinha um crescimento acentuado da economia', afirmou a jornalista o secretário da Receita Federal, Carlos Alberto Barreto.

Ele ponderou que o desempenho em janeiro não pode ser usado como parâmetro para o ano e disse trabalhar com a expectativa de um crescimento nominal (sem considerar variação da inflação) de 10 a 12 por cento da arrecadação no ano.

No mês passado, o recolhimento do Imposto de Renda cresceu 24,2 por cento em termos reais frente a janeiro de 2010, para 29,7 bilhões de reais. A arrecadação da Cofins aumentou 12 por cento, para 13,6 bilhões de reais, e do IPI, 30,6 por cento, a 4,0 bilhões de reais.

Em janeiro do ano passado, a arrecadação havia somado 78,960 bilhões de reais, segundo dados corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). (Reportagem de Isabel Versiani)

Taxa de desemprego sobe para 10,4% em janeiro, segundo Dieese

São Paulo - A taxa de desemprego subiu para 10,4% em janeiro nas sete maiores regiões metropolitanas do país. O índice foi divulgado hoje (23) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e é 0,3 ponto percentual maior do que registrado em dezembro do ano passado (10,1%).

A Pesquisa de Emprego e Desemprego do Dieese é feita mensalmente nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e no Distrito Federal. Segundo o estudo, em janeiro, foram eliminados 165 mil postos de trabalho nesses locais. Mais 108 mil pessoas deixaram a População Economicamente Ativa (PEA). Isso resultou em um aumento de 57 mil pessoas no número de desempregados.

A taxa de desemprego aumentou em Recife (de 12,8% para 13,5%), Belo Horizonte (de 7,1% para 7,7%) e São Paulo (de 10,1% para 10,5%). Porém, manteve-se praticamente estável em Fortaleza (de 8,3% para 8,5%), Porto Alegre (de 7,2% para 7,3%) e Salvador (de 13,8% para 13,6%). No Distrito Federal, ela caiu ligeiramente (de 12,9% para 12,6%).

Já entre os setores, o nível de ocupação caiu nos serviços (1,1%), na indústria (1%), na construção civil (2,1%) e no agregado de outros setores (1,2%). Só o comércio registrou aumento do nível de ocupação, com crescimento de 1,1% e 35 mil postos gerados.

Na comparação entre janeiro deste ano e janeiro do ano passado, porém, a taxa de desemprego caiu 2 pontos percentuais.

Baixou de 12,4% no início de 2010 para os 10,4% em janeiro de 2011. Destaque para Porto Alegre, que reduziu seu desemprego

de 9,7% para 7,3%.

Já o número de trabalhadores ocupados subiu 3,6%. Foram mais de 680 mil vagas de trabalho geradas em todos os setores da economia, nas sete regiões metropolitanas pesquisadas. Fonte: Agencia Brasil

Novo mínimo eleva aposentadorias pagas a partir de 25 de março

Veja qual o impacto do novo salário no valor dos benefícios do INSS, do Ministério do Trabalho e dos salários dos trabalhadores. A mudança do salário mínimo para R\$ 545 eleva a receita mensal de mais de 47 milhões de pessoas, entre elas, quase 20 milhões de aposentados e demais beneficiários do INSS. Essas são as pessoas cuja renda mensal é ligada diretamente ao valor do mínimo, segundo estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Desde janeiro, os beneficiários que recebem do INSS ou trabalhadores que sacam o abono salarial ou o seguro-desemprego têm direito a valor mínimo de R\$ 540, definido pela Portaria 568, de 31 de dezembro. Com a redefinição do novo mínimo, nova Portaria interministerial deverá ser publicada para reajustar os valores desses mesmos pagamentos para, pelo menos, R\$ 545.

Veja, a seguir, como ficam os pagamentos de benefícios e salários:

Aposentadorias e demais benefícios do INSS

A correção do salário mínimo, se sancionada pela Presidência ainda neste mês, começará a valer para todos pagamentos feitos pelo INSS com valor até R\$ 545 a partir de março, exceto o salário-família e a pensão para dependentes, que pode ser dividida conforme o número de filhos. As aposentadorias pagas no início do próximo mês ainda se referem ao calendário de fevereiro, portanto preservam o piso de R\$ 540. Só no início do calendário de março, a partir do dia 25, o valor será reajustado.

Abono salarial

O calendário de pagamento que se iniciou em agosto e vai até junho deste ano já pagou até janeiro a quantia equivalente a um salário mínimo a 17,1 milhões, do total de 18,5 milhões que podem receber o abono. Quem sacou no ano passado teve direito a R\$ 510 e quem fez resgate entre janeiro e fevereiro deste ano levou R\$ 540. Agora, quem esperar até março poderá sacar R\$ 545 a mais, ou seja, R\$ 545.

Seguro-desemprego

Quem já solicitou o seguro-desemprego e ainda tem parcelas a receber terá o reajuste calculado automaticamente a partir da parcela de março, se aprovada a tempo uma correção pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Atualmente, o piso de pagamento do seguro é um salário mínimo e o máximo é de R\$ 1.010,34, teto este que deverá ser reajustado em cerca de R\$ 10, acompanhando proporção similar da correção do salário mínimo aprovada ontem no Senado.

Trabalhadores registrados

Os trabalhadores com registro em carteira e renda mensal de um salário mínimo terão também de ter seus salários reajustados para R\$ 545. No entanto, esse aumento será percebido apenas no início de abril, com o vencimento do prazo para pagamento dos salários de março, quando a regra deve entrar em vigor. Segundo o Dieese, são mais de 13 milhões os trabalhadores cuja renda varia conforme o salário mínimo, além dos mais de 5 milhões de empregados domésticos que

também recebem pelo mínimo. Fonte: Portal IG

Regra de revisão sai na próxima semana

As regras para o pagamento da revisão pelo teto devem sair na semana que vem, segundo declarações feitas ontem pelo presidente do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), Mauro Hauschild. Devem ser definidas regras como quem tem direito ao pagamento no posto e como deverão ser pagos os atrasados.

A revisão foi reconhecida em decisão publicada pelo STF (Supremo Tribunal Federal) na semana passada e pode beneficiar quem se aposentou entre outubro de 1988 e dezembro de 2003 e teve a média salarial do benefício limitada ao teto da época.

Depois de definidas essas regras, segundo o presidente do INSS, o ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves, precisará discutir com a equipe econômica do governo a liberação dos recursos. Ou seja, o pagamento da correção nos postos previdenciários continua sem data definida.

Jorge Caetano Fermino